

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.**

**CELEBRADA ENTRE**

**CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.**

*como Emissora*

**FIDENS ENGENHARIA S.A.**

*como fiadora e principal pagadora*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas*

**DATA**

**13 DE JULHO DE 2011**

---



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.**

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória da Primeira Emissão da Centrino Participações S.A. ("Escritura de Emissão"):

- (i) como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

**CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Gonçalves Dias, nº 745, sala 05, Bairro Funcionários, CEP 30.140-091, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.519.193/0001-33, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora");

- (ii) como fiadora e principal pagadora das Debêntures:

**FIDENS ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Adelino Teste, nº 251, Bairro Olhos D'Água, CEP 30.390-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.468.184/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "Fiadora" e/ou "Garantidora";

- (iii) e, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário", em conjunto com a Emissora e Fiadora doravante denominadas, em conjunto, "Partes" e, individualmente, "Parte");

Resolvem as Partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a Oferta Restrita (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 15 de junho de 2011 ("AGE Emissora"), que aprovou os termos e condições da Oferta Restrita.
- 1.2 A constituição da Fiança (conforme abaixo definido) foi aprovada em deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 15 de junho de 2011 ("RCA Fiadora").

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* As atas da AGE Emissora e da RCA Fiadora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("Junta Comercial") e publicadas nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- II. *registro e inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido (i) inscritos na Junta Comercial, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e (ii) registrados nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo;
- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 ("Investidores Qualificados"), e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17, ambos da Instrução CVM n.º 476/09, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476");
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM;
- V. *registro do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo).* O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser registrado nos competentes cartórios

de Registro de Títulos e Documentos das cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e São Paulo, Estado de São Paulo e apresentadas ao Agente Fiduciário, devidamente registradas, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do respectivo registro; e

VI. *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 A Emissora tem como objeto social a participação em sociedades em geral.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para aporte de capital a ser realizado pela Emissora na Fiadora, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da liberação dos recursos, nos termos da Cláusula 6.19 abaixo. Os valores aportados pela Emissora serão utilizados pela Fiadora para investimentos em geral e no curso ordinário dos negócios.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

5.1 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória da Primeira Emissão Pública da Centrino Participações S.A.", firmado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. ("Contrato de Distribuição").

5.1.1 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.1.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

5.1.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

5.2 *Forma e Preço de Subscrição*. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

- 5.3 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, em até 06 (seis) meses contados da data de início da distribuição informada à CETIP pelo coordenador líder da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.4 *Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 120 (cento e vinte) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária.
- 6.9 *Banco Mandatário.* O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n. 707, 9º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").
- 6.10 *Instituição Depositária e Agente Escriturador.* A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 3400, 10º Andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").
- 6.11 *Conta Vinculada.* A Emissora, a Garantidora, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú BBA S.A. ("Banco IBBA") celebraram, nesta data, um contrato para abertura da conta corrente n.º 763341, Agência n.º 0001 ("Conta Vinculada" e "Contrato de Conta Vinculada", respectivamente), que será movimentada exclusivamente pelo Banco IBBA e acolherá os depósitos efetuados por cliente(s) da Garantidora em virtude do pagamento de todos e quaisquer recebíveis decorrentes de prestação de serviços de qualquer natureza pela Garantidora no âmbito do contrato de prestação de serviços de remoção e transporte de rejeitos a preços unitários firmado com a Votorantim Metais Zinco e/ou o contrato de construção de edificações do complexo petroquímico do Rio

de Janeiro - COMPERJ firmado com a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás ("Contratos com Trava Bancária").

- 6.12 Cessão Fiduciária de Direitos. A Emissora, a Garantidora, o Agente Fiduciário e o Banco IBBA celebraram, nesta data, um contrato de cessão fiduciária em garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária") por meio do qual, a Garantidora, de forma irrevogável e irretroatável, cedeu fiduciariamente ao Agente Fiduciário todo e qualquer recurso depositado ou que venha a ser depositado e mantido na Conta Vinculada, em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas, ou que venham a ser assumidas pela Emissora e/ou a Garantidora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Cessão Fiduciária de Direitos"), e autorizou o Banco IBBA (i) a fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo da Conta Vinculada, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2.001; e (ii) no caso de inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, mediante ordem expressa do Agente Fiduciário, a reter e transferir em favor dos Debenturistas, a título de pagamento, os recursos depositados e mantidos na Conta Vinculada, até o limite dos valores inadimplidos.
- 6.12.1 Observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, o total dos recursos depositados na Conta Vinculada cedidos fiduciariamente em garantia das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão deverá corresponder a um fluxo semestral mínimo correspondente a R\$4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) ("Fluxo Semestral Mínimo").
- 6.12.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.12.1 acima, o total dos recursos depositados na Conta Vinculada cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e desta Escritura de Emissão deverá corresponder, ainda, a um fluxo anual mínimo correspondente a R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) ("Fluxo Anual Mínimo").
- 6.12.3 O valor global dos Contratos com Trava Bancária deverá corresponder, a qualquer tempo, até a Data de Vencimento, a 100% (cem por cento) do somatório do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada, para tanto, a título *pro rata temporis*.
- 6.12.4 Exceto na hipótese prevista na Cláusula 6.12.5 abaixo, a substituição dos Contratos com Trava Bancária somente poderá ser realizada mediante anuência prévia e por escrito dos Debenturistas, de acordo com deliberação aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, após análise e aprovação do contrato substituto e respectivo fluxo de recebíveis, a ser apresentado pela Emissora por meio de notificação enviada ao Agente Fiduciário com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência à data em que se pretenda a substituição, informando o contrato a ser substituído, os dados do novo contrato (incluindo, sem se limitar, partes contratantes, valor total, forma de pagamento dos recebíveis, data de vencimento e garantias prestadas) e demais informações relevantes a ele relacionadas.
- 6.12.5 Não obstante o disposto na Cláusula 6.12.4 acima, a substituição dos Contratos com

Trava Bancária poderá ser realizada automaticamente, independentemente de Assembleia Geral de Debenturistas, no caso de os contratos substitutos terem sido firmados entre a Garantidora e clientes que, cumulativamente: (i) não sejam entes da administração pública direta; (ii) exceto quanto a sociedades de economia mista de capital aberto, não sejam entes da administração pública indireta; (iii) possuam classificação de risco (*rating*) mínimo de A+ (A mais), ou seu equivalente, publicado por pelo menos uma das seguintes agências de *rating*: Moody's, Fitch e Standard & Poor's. Em tal hipótese, a substituição será formalizada por meio de notificação enviada ao Agente Fiduciário com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência à data em que se pretenda a substituição, informando o contrato a ser substituído, os dados do novo contrato (incluindo, sem se limitar, partes contratantes, valor total, forma de pagamento dos recebíveis, data de vencimento e garantias prestadas), a comprovação do preenchimento dos requisitos acima e demais informações relevantes a ele relacionadas, conforme declaração constante no Anexo I, acompanhada de cópia da notificação enviada aos clientes da Garantidora, com o "de acordo" formalizado pelos referidos clientes, instruindo-os a realizar os pagamentos devidos em decorrência dos contratos substitutos por meio de depósito na Conta Vinculada. Caberá exclusivamente à Emissora atestar o cumprimento dos requisitos acima indicados, não cabendo ao Agente Fiduciário qualquer ingerência neste sentido.

- 6.13 *Garantia Fidejussória.* A Fiadora, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e do artigo 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada, ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, inclusive a remuneração prevista na alínea I, da Cláusula 8.12 abaixo, ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança"), observado que os custos e despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário referidos acima deverão ser razoáveis e corresponder àqueles especificados na Cláusula 8.12 abaixo.
- 6.13.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 6.13 acima.
- 6.13.2 A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

- 6.13.3 A Fiança aqui referida é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos termos aqui previstos.
- 6.13.4 Caso a Fiadora venha a ser declarada falida, em recuperação judicial ou insolvente, a Emissora deverá substituir a Fiadora, dentro de 15 (quinze) dias úteis a contar de tal evento, por fiador aceitável pelos Debenturistas, sob pena de vencimento antecipado.
- 6.13.5 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.
- 6.13.6 A Fiadora deverá pagar o montante relativo às obrigações inadimplidas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor deverá ser pago em até 3 (três) dias úteis da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas no âmbito das Debêntures.
- 6.13.7 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor garantido.
- 6.13.8 A Fiadora deverá apresentar suas demonstrações financeiras ao Agente Fiduciário anualmente, na forma prevista da Cláusula 7.1.I.(a), de modo a possibilitar a verificação de sua capacidade econômica para fazer face às obrigações inerentes à Fiança.
- 6.13.9 As partes desde já acordam que a Cessão Fiduciária de Direitos e a Fiança são constituídas de forma cumulativa e independente entre si. Dessa forma, na hipótese de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário poderá executar uma ou ambas as garantias, em qualquer ordem, a seu exclusivo critério.
- 6.14 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2011 ("Data de Emissão").
- 6.15 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures será 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento").
- 6.16 *Amortização do Valor Nominal.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas de igual valor, correspondendo cada uma, portanto, a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário, sendo a primeira devida em 15 de janeiro de 2014, e a segunda na Data de Vencimento.
- 6.17 *Remuneração.* As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no



informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do *Spread* de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

J: valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = [(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}) - 1], \text{ onde:}$$

Fator DI: produtório dos fatores das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

, onde:

n: número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

$\text{TDI}_k$ : fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

$DI_k$  Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

Spread: 1,75; e

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
  - (ii) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
  - (iii) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
  - (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
  - (v) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- 6.17.1 A Remuneração será devida desde a Data de Emissão e será paga semestralmente, nos meses de julho e janeiro, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de janeiro de 2012 e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.
- 6.17.2 O Período de Capitalização da Remuneração, para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período ("Período de Capitalização").
- 6.17.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não

divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

- 6.17.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa  $DI_k$  por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
- 6.17.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.17.4, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:
- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas acrescido da Remuneração relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de  $TDI_k$  no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
  - (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.17.4. acima.

6.17.6 A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 6.17.3, 6.17.4 e 6.17.5

acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 6.17.3, 6.17.4 e 6.17.5.

- 6.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.19 *Liberção do Valor de Integralização das Debêntures.* Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão liberados à Emissora no primeiro dia útil após sua liquidação pelo respectivo Debenturista, mediante transferência para a conta corrente de titularidade da Emissora nº 78886-0, agência nº 1403, mantida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., de livre movimentação da Emissora ("Conta de Livre Movimentação").
- 6.20 *Resgate Antecipado Facultativo.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, resgatar as Debêntures antecipadamente ("Resgate Antecipado Facultativo").
- 6.20.1 As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido de Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo resgate, acrescido do prêmio de resgate que, em qualquer caso, será em valor igual a 1% (um por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado, acrescido de Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável.
- 6.20.2 Para o exercício do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate, informando (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (que será realizado por meio de sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, na presença do Agente Fiduciário); (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do resgate.
- 6.20.3 Na hipótese de resgate antecipado parcial, o mesmo deverá ser realizado através de "Operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Na hipótese de resgate antecipado parcial de que trata esta Cláusula 6.20.3, a Emissora compromete-se a informar a CETIP a quantidade de Debêntures efetivamente resgatadas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

- 6.20.4 Caso ocorra o resgate antecipado total/parcial facultativo, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, através de correspondência enviada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário.
- 6.20.5 Fica desde já estabelecido que as Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.
- 6.21 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.22 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas no SND ou, ainda, por meio do Agente Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.
- 6.24 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1, 6.24.2, 6.24.3 e 6.24.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou, observado o disposto na Cláusula 6.13.6, pela Fiadora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.25.4 abaixo), na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):
- I. inadimplemento, por parte da Emissora ou da Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, desde que não sanado no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da data do respectivo vencimento;
  - II. descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto, sendo certo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nessa Escritura de Emissão;

- III. falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias além das descritas nesta Escritura de Emissão e/ou qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, desde que tal decisão ou sentença não tenha sua exigibilidade suspensa, na forma da lei, condenando ou determinando pagamento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data em que a Emissora ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, conforme aplicável, sejam notificadas pelos respectivos credores ou agentes fiduciários, conforme o caso;
- IV. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pela Fiadora, conforme aplicável;
- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora e/ou a Fiadora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, e cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, no prazo de 6 (seis) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (iii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- VI. dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora, pedido de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial, de auto-falência e/ou de declaração de insolvência, requerido pela Emissora ou pela Fiadora, bem como por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- VII. pedido de falência requerido por terceiros em face da Emissora, da Fiadora, de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, não elidido ou contestado no prazo legal;
- VIII. dissolução, extinção e/ou liquidação de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora (observado o disposto no item X a seguir), sem aprovação prévia de Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quanto se tratar de veículos societários utilizados pela Fiadora no curso ordinário de suas atividades, constituídos por sociedades de propósito específico ("SPE"), sociedades em conta de participação ("SCP") e/ou consórcios;
- IX. cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, da Fiadora, bem como de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; (ii) se for garantido o direito de resgate aos

Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (iii) quando se tratar de reorganização societária, constituição ou alteração societária de SPE, SCP e/ou de Consórcios realizada no curso ordinário das atividades da Fiadora; ou (iv) se a eventual transferência de ativos pela Emissora, Fiadora, bem como de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora seja inferior a 10% (dez por cento) do ativo total da respectiva sociedade objeto de cisão, fusão ou incorporação;

- X. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XI. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias, observado os prazos de cura estabelecidos nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, bem como por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de ativo imobilizado cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). O valor do ativo imobilizado eventualmente alienado a que se refere este inciso XII será apurado em períodos individualizados de 06 (seis) meses, sendo certo que, ao final de cada período, o saldo para aferição do montante referido acima será zerado;
- XIII. desapropriação ou confisco de ativos permanentes da Emissora e/ou da Fiadora, bem como de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pela Fiadora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- XIV. ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar de maneira adversa o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora a respeito de tal evento ou situação. Para os fins desta Escritura, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa a ocorrência de alteração material e adversa nas condições econômicas, financeiras, operacionais da Emissora e/ou da Fiadora, suas controladas, coligadas ou controladoras, bem como a ocorrência de qualquer mudança adversa no mercado financeiro local ou internacional que alterem a razoabilidade econômica da Emissão e tornem inviável ou desaconselhável a qualquer das Partes o cumprimento das obrigações aqui previstas;

- XV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora, exceto (i) para atendimento de requisitos para participação em procedimento licitatório; ou (ii) se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- XVI. transformação da Emissora e/ou da Fiadora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XVII. redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, exceto (i) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (ii) na hipótese de se tratar de redução de capital da Garantidora, referente ao eventual resgate da participação societária adquirida pela Emissora com os recursos obtidos com a Emissão, para pagamento das Debêntures ou cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- XVIII. qualquer alteração na estrutura societária atual da Emissora e/ou da Fiadora, com cessão ou transferência das ações emitidas pela Emissora e/ou da Fiadora, representativas de seu capital social, em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento), resultando na admissão de novo sócio, direta ou indiretamente, no caso de a estrutura final resultar em quadro de sócios integrado por pessoas que não sejam, exclusivamente, as pessoas físicas Fernando José de Paula Antunes Frauches, Carlos Henrique de Paula Antunes Frauches, Mônica de Paula Antunes Frauches Chaves e Suely Frauches Sollero e/ou Fundos de Investimento em Participações ("FIP") controlados pelas pessoas físicas referidas acima, sendo permitida, no entanto, eventual transferência de participação societária entre os atuais acionistas (entre si e/ou para seus herdeiros) da Emissora e/ou da Fiadora, bem como para eventuais membros eleitos para integrar o conselho de administração da Emissora e/ou da Fiadora, estritamente nos termos e para atendimento de obrigação prevista na Lei das Sociedades por Ações;
- XIX. uso ou destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa do previsto na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão.
- XX. não observância do índice financeiro igual a 2.5 (dois ponto cinco), apurado pela razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, calculados com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Fiadora levantadas ao final de cada exercício social, em bases consolidadas e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados anualmente no último dia de cada ano a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive) (os "Índices Financeiros").

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se: (A) "EBITDA dos últimos 12 (doze) meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres encerrando-se na data de verificação; (B) "EBITDA" o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações



minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período; (C) "Dívida": soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros - derivativos; e "Dívida Líquida" valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros - derivativos.

XXI. emissão de dívida pela Emissora que seja, de qualquer forma, considerada ou caracterizada como dívida sênior da Emissora, contando com privilégios não garantidos aos Debenturistas que integram a presente Emissão.

- 6.24.1 Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (I), (IV), (VI), (VII), (VIII), (IX), (X), (XI), (XIV), (XV) e (XVI) da Cláusula 6.24 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas da Cláusula 6.24 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.24.2 abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas aqui referida.
- 6.24.2 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 6.24.1 (ii) acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures (nos casos que não sejam de Evento de Vencimento Antecipado automático). O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) dia útil antes da data de sua realização.
- 6.24.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.24.2 acima ou na hipótese de a Assembleia Geral de Debenturistas não se realizar no prazo aqui previsto, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual

não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

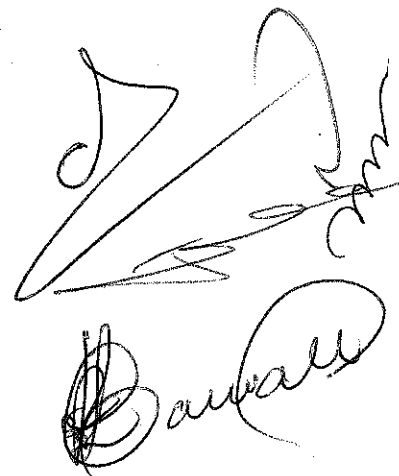
- 6.24.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 6.24, alínea (I), caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.24.5 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência.
- 6.24.5 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.24.5 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.25 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos jornais normalmente utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações quais sejam, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Hoje em Dia.
- 6.26 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.  
Rua Gonçalves Dias, nº. 745, sala 05 - Bairro Funcionários  
30.140-091  
Belo Horizonte - MG  
At.: Mônica de Paula Antunes Frauches Chaves  
Telefone: +55 31 2121 0250  
Fac-símile: +55 31 2121 0263  
Correio Eletrônico: monica.frauches@fidens.com.br

II. para a Fiadora:

FIDENS ENGENHARIA S.A.  
Rua Adelino Teste, nº 251 - Bairro Olhos D'Água  
CEP 30.390-070  
At.: Sérgio Braz Guimarães  
Telefone: +55 31 2121 0255  
Fac-símile: +55 31 2121 4498



Correio Eletrônico: sergio.guimaraes@fidens.com.br

III. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514  
22640-102  
Rio de Janeiro - RJ  
At.: Sr. Marco Ferreira  
C/C para Sra. Nathalia Machado  
Telefone: +55 21 3385-4565  
Fac-símile: +55 21 3385-4046  
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br  
C/C para juridico@pentagonotrustee.com.br

III. para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
04538-152 São Paulo, SP  
At: Claudia Vasconcellos  
Telefone: +55 (11) 5029-1910  
Fac-símile: +55 (11) 5029-1920  
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

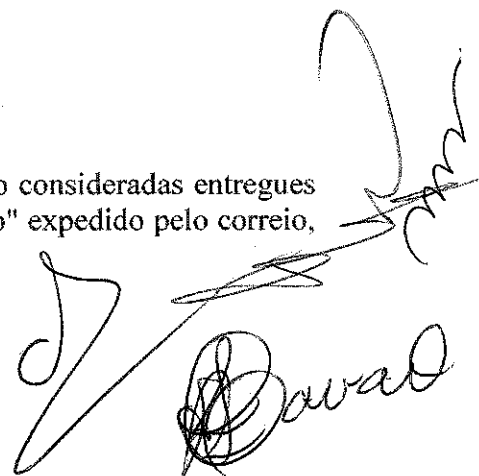
IV. para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar  
04309-010 São Paulo, SP  
At: Claudia Vasconcellos  
Telefone: +55 (11) 5029-1910  
Fac-símile: +55 (11) 5029-1920  
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 1º andar  
01452-001  
São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: +55 (11) 3111-1596  
Fac-símile: +55 (11) 3111-1564  
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

6.26.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio,

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The signature appears to be 'D. Davad' or similar. The stamp is partially obscured by the signature.

sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

6.26.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

6.26.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.26.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

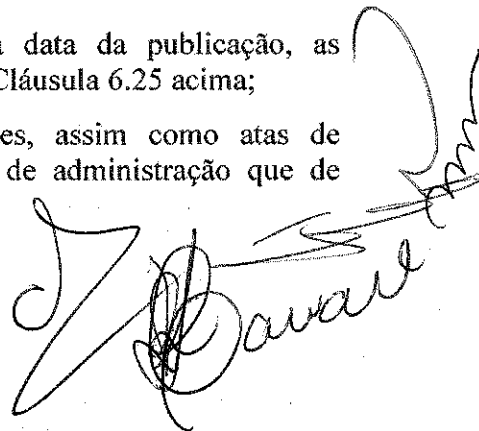
6.27 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

7.1 A Emissora e a Fiadora, conforme aplicável, estão obrigadas a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros consolidados anuais completos da Emissora e da Fiadora, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrativos Anuais");
- (b) juntamente com os Demonstrativos Anuais, declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão;
- (c) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório previsto na Cláusula 8.13, XV, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (d) dentro de 3 (três) dias úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.25 acima;
- (e) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de



- alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (f) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea V abaixo; e
  - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por quaisquer das seguintes empresas de auditoria independente registradas na CVM: KPMG, Deloitte, Pricewaterhouse Coopers ou Ernst & Young ("Auditora Independente");
  - III. disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
  - IV. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - V. informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado em 1 (um) dia útil após sua ocorrência;
  - VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
  - VII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, com exceção de eventuais serviços de cobrança de créditos de sua titularidade cedidos a terceiros e inadimplidos;
  - VIII. notificar o Agente Fiduciário, em 1 (um) dia útil após sua ocorrência, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou da Fiadora, conforme aplicável, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
  - IX. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas

perante os Debenturistas;

- X. cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XI. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário e
- XII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.

7.2 Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter suas demonstrações financeiras à Auditora Independente;
- III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados na alínea III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente à instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita;
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP; e
- VIII. realizar o aporte de capital na Fiadora com a totalidade dos recursos obtidos com a Emissão, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias a contar da liberação dos recursos, nos termos da Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura

de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e a Fiadora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
  - II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão, declarando-se ciente dos referidos deveres e atribuições;
  - III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
  - IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
  - V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
  - VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
  - VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
  - VIII. verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura de Emissão e na legislação aplicável, a regularidade da constituição da Fiança, tendo em vista as características e procedimentos de sua constituição, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
  - IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
  - X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - XI. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
  - XII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias

corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

- 8.4 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.
- 8.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 8.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.7 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.
- 8.8 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, o qual deverá ser registrado na Junta Comercial à margem do registro da presente Escritura de Emissão.
- 8.9 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.25 acima.
- 8.10 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 8.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.12 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:



I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais a cada aniversário da data de pagamento da primeira parcela;
- (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pela Fiadora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento);
- (e) as parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), (ii) Programa de Integração Social (PIS), (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (f) em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere esta Cláusula estão relacionadas (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou Assembleias Gerais de Debenturistas; (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas; e (iv) execução da Fiança das Debêntures; e
- (g) a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora e/ou a Fiadora permanecerem em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência, sem prejuízo da responsabilidade da Emissora pelo pagamento de tal remuneração.

II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos

Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios; e

- III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem as alíneas acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e, sempre que possível, adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.13 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

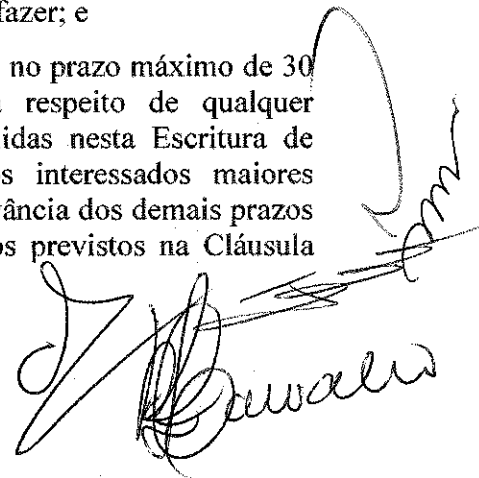
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou

inverdades constantes de tais informações;

- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar a regularidade da constituição da Fiança e da Cessão Fiduciária de Direitos, mediante verificação do registro da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo;
- IX. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.25 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações, sendo certo que a documentação necessária para a elaboração deste será enviada pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias prévios ao encerramento do prazo junto à CVM:
  - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pela Fiadora, conforme aplicável, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou pela Fiadora, conforme aplicável;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ou da Fiadora, conforme aplicável, ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures

efetuadas pela Emissora;

- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora e pela Fiadora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora e da Fiadora;
  - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança das Debêntures; e
  - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior no prazo e na forma prevista na Instrução CVM 28. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM; e
  - (iv) na sede da instituição intermediária responsável pela Oferta Restrita;
- XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, o Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- XVIII. assessorar a Emissora na amortização das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sem prejuízo, entretanto, da estrita observância dos demais prazos previstos nesta Escritura de Emissão, em especial dos previstos na Cláusula



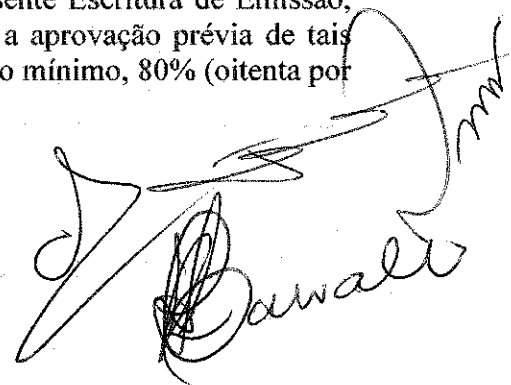
6.24. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- XXI. sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que todos os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou terceiros a seu pedido, não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e a Fiadora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:
- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, em especial a aprovação, ratificação ou possível sustação do vencimento antecipado pela Assembleia Geral de Debenturistas;
  - II. executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
  - III. requerer a falência da Emissora e/ou da Fiadora (conforme o caso);
  - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas satisfaçam seus créditos; e
  - V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.
- 8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (I), (II), (III) e (IV) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na alínea (V), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma da Cláusula 9.2 acima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à

Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

- 9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.5 Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.
- 9.5.1 Quaisquer alterações (i) do prazo de vigência e/ou do cronograma de pagamento das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata a Cláusula 6.17.4 acima), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, (v) dos termos da Fiança, e (vi) desta Cláusula 9.5.1, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.5.2 A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.24.3 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6 Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ("Debêntures em Circulação").
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, que deverão ser sempre convocadas formalmente pelo Agente Fiduciário, por meio de notificação à Emissora, nos termos da Cláusula 6.26 desta Escritura de Emissão.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 A fim de otimizar a execução do objeto desta Escritura de Emissão por parte da Emissora, a Emissora poderá, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional previstas nesta Escritura de Emissão (tais como a elaboração de relatórios, envio de documentação comprobatória etc.), ficando o Agente Fiduciário obrigado a aditar a presente Escritura de Emissão, nos termos propostos pela Emissora, desde que mediante a aprovação prévia de tais modificações por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA



10.1 A Emissora e a Fiadora (conforme o caso) neste ato declaram que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. têm capacidade jurídica e estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso da Fiadora, a Fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso da Fiadora, a Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Fiadora (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora e/ou da Fiadora, conforme aplicável, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto pela Fiança; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- VI. têm, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente suas respectivas posições financeiras da Emissora e/ou da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e/ou da Fiadora de forma consolidada;
- VIII. as informações fornecidas pela Emissora e/ou da Fiadora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- IX. não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua

situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;

- X. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora e/ou na Fiadora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, ou que possa afetar a capacidade da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XI. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XII. cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- XIII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- XIV. estão familiarizadas com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XV. seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVI. tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que o capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVII. a Emissora decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;
- XVIII. as informações prestadas pela Emissora e pela Fiadora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures.

10.2 A Emissora e a Fiadora se obrigam a informar o Agente Fiduciário prontamente acerca



de qualquer alteração às declarações acima, inclusive no caso de quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

11. RENÚNCIA

- 11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 12.1 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

- 13.1 Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 14.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.3 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.
- 14.4 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

- 14.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral.
- 14.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

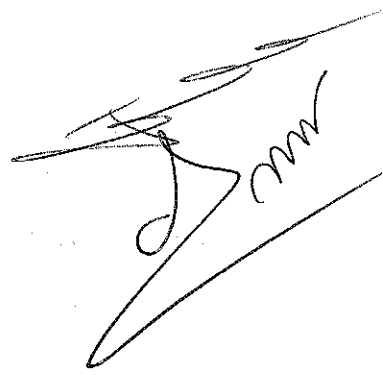
15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

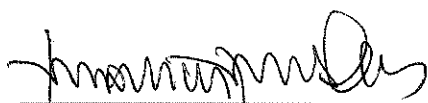
São Paulo, 13 de julho de 2011.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes).

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a legal representative of one of the parties.A handwritten signature in black ink, possibly reading 'Cavalli', located at the bottom right of the page.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM  
GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A. -  
PÁGINA DE ASSINATURAS 1/4

CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: Monica de Paula Antunes Frauches Chaves  
Cargo: Diretora




Nome: Alécio Custódio de Sales  
Cargo: Diretor



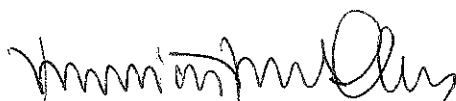
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A. - PÁGINA DE ASSINATURAS 2/4**

FIDENS ENGENHARIA S.A.



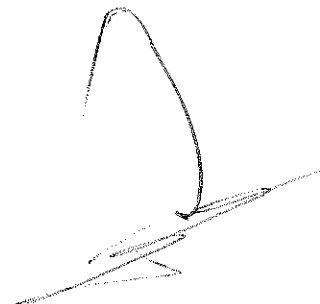
---

Nome: Carlos Henrique de Paula Antunes Frauches  
Cargo: Diretor Corporativo



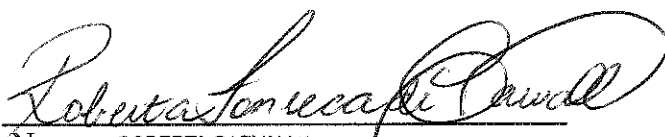
---

Nome: Monica de Paula Antunes Frauches Chaves  
Cargo: Procuradora



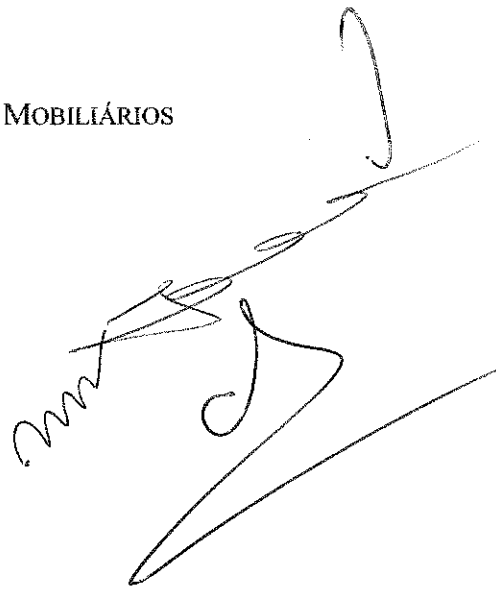
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM  
GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A. -  
PÁGINA DE ASSINATURAS 3/4

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: ROBERTA CARVALHI

Cargo: ~~PROCURADORA~~ <sup>CPP 122.822.097-5</sup>



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM  
GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A. -  
PÁGINA DE ASSINATURAS 4/4

TESTEMUNHAS:

Nome:

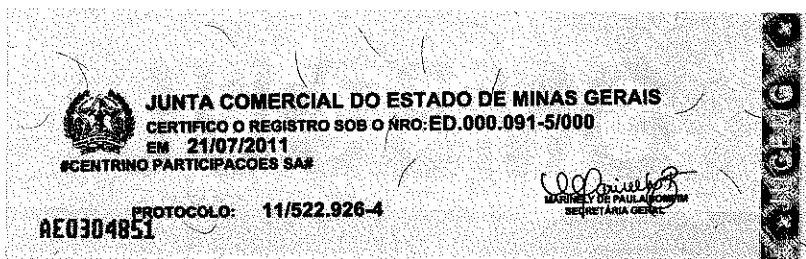
Id.:

Júlio Eduardo C. Freitas  
Superint. Administrativo-Financeiro  
CPF: 647.018.756-00  
FIDENS Engenharia S/A

Nome:

Id.:

Eurico dos Reis Rodrigues Frões  
Contador - CRC - MG 063956/O-1  
CPF 580.117.736-15



*Paulo*

ANEXO I  
MODELO DE DECLARAÇÃO

[Local, data]

À

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala nº 514

Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Nathalia Machado

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Instrumento de Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória da Primeira Emissão da Centrino Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), celebrado em 13 de julho de 2011, entre Centrino Participações S.A. ("Emissora"), Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e Fidens Engenharia S.A. ("Fiadora e/ou Garantidora").

Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira, terão o significado estabelecido na Escritura de Emissão.

Considerando o item 6.12.5 da Escritura de Emissão, a Emissora declara nesta data que o(s) contratos(s) substituto(s):

- (i) não foi(ram) celebrado(s) com ente(s) da administração pública direta;
- (ii) [não foi(ram) celebrado(s) com ente(s) da administração pública indireta / foi(ram) celebrado(s) com sociedade de economia mista de capital aberto];
- (iii) possui(em) classificação de risco (rating) mínimo de A+ (A mais), publicado por pela(s) agência(s) de rating: [Moody's, Fitch e Standard & Poor's]

\_\_\_\_\_  
CENTRINO PARTICIPAÇÕES S.A.

\_\_\_\_\_  
FIDENS ENGENHARIA S.A.

